

Faltam respostas no debate sobre a crise bancária. A solução alternativa concreta é o controlo público

Show Author Info?:

0

Artigos relacionados:

[Programa de reestruturação propõe-se reduzir 249,7 mil milhões de euros da dívida](#) ^[1]

Author(s):

[Francisco Louçã](#) ^[2]

A crise do BES, o banco dinástico mais poderoso em Portugal ao longo dos séculos XX e XXI, desencadeou uma resposta atrasada mas incisiva e um debate nacional assinalável.

Muitos dos detalhes e implicações da decisão conjunta do Banco de Portugal, do governo e da Comissão Europeia ainda estarão por apurar, e as audições de ontem no parlamento pouco adiantaram. Entretanto, há evidentemente em curso um jogo de forças entre os outros bancos e o governo para determinar as condições presentes e futuras desse novo banco, que poderá sair deste processo com um balanço limpo? e espanhol. Por isso este debate é tão importante.

Até agora, ele tem tido duas componentes importantes.

A operação Carlos Costa resulta?

A primeira é sobre a exequibilidade da operação. Em defesa do governo, [João Miguel Tavares](#) ^[3] alinhou com a tese da proteção dos contribuintes. Em contrapartida, [Pedro Santos Guerreiro](#) ^[4], [José Vítor Malheiros](#) ^[5] ou [Sandro Mendonça](#) ^[6], entre outros, assinalaram os riscos futuros neste conto de fadas. [Paul de Grauwe](#) ^[7], que foi conselheiro de Durão Barroso, não hesita em acusar o governo de enganar o país. Categóricos, [Bagão Félix](#) ^[8] ou [Alexandre Abreu](#) ^[9] sublinharam a contradição entre o discurso oficial, que se tem baseado no "não há dinheiro" para mutilar o Estado Social, e esta fácil e imediata injeção massiva de capital.

A operação Carlos Costa tem base legal?

A segunda vertente deste debate é sobre a forma jurídica escolhida e as suas imensas implicações em litigância futura. Ricardo Cabral exprimiu as suas reservas quanto à legalidade da utilização de grande parte do fundo de recapitalização do sistema financeiro numa operação de resolução bancária ([aqui](#) ^[10] e [aqui](#) ^[11]), visto que esse empréstimo não está previsto neste caso pela lei.

Teremos assim a privatização de um banco privado com dinheiros públicos e sem cumprir as normas legais. Mas, como já aprendemos na União Europeia, até uma expropriação de

capital é tolerada ? Sacrossanta violação do direito canónico de propriedade! Escandalosa intervenção na liberdade dos movimentos de capitais! Atentado à confiança dos mercados! ? desde que as autoridades europeias, Supremo Líder, o autorizem em decisão avulsa.

Porque é que não surgiram outras alternativas?

No entanto, o que este debate não tem produzido são alternativas. Faltam propostas. E são precisas propostas estudadas e precisas. O espaço público não pode permitir a qualquer candidato ao parlamento ou ao governo que não apresente soluções. Concretas. Com contas verificáveis e transparentes.

O que deveria fazer o Estado perante a crise do BES? E, mais, como poderá evitar esta sina trágica que são os sucessivos escândalos, sempre com o mesmo padrão, mas cada vez maiores e mais estruturais

As perguntas são então as seguintes. O que deveria fazer o Estado perante a crise do BES? E, mais, como poderá evitar esta sina trágica que são os sucessivos escândalos, sempre com o mesmo padrão, mas cada vez maiores e mais estruturais (pois o BCP teria movimentado 700 milhões em *offshores* e foi forçado a registar imparidades de 300 milhões, dizia-se inicialmente do BPN que teria um prejuízo estimado noutros 700 milhões, e agora descobre-se, no banco mais emblemático da nossa história moderna, um buraco de 1.500 milhões afundado só em duas semanas)?

Responder a estas dificuldades é a chave de uma solução para Portugal. E esse esforço é necessário, para que o país não reduza isto a um escândalo de Verão que se escoe silenciosamente entre as próximas notícias de incêndios florestais ou da abertura do Campeonato. Se queremos que não fique tudo na mesma, precisam-se propostas e alternativas qualificadas.

É de notar que o PS apoiou a solução Carlos Costa, embora não se percebe com que razões. Paulo Portas ^[12], porventura incomodado com a expropriação da família Espírito Santo e dos outros acionistas, utilizou cirurgicamente a expressão ?solução mais aceitável?. Não há mesmo outra alternativa?

A solução que apresentei em julho

É conhecida a minha proposta de solução ^[13], que apresentei com alguns colegas (Ricardo Cabral, Eugénia Pires e Pedro Nuno Santos) e que foi divulgada no início de julho. Estou aqui para insistir nessa proposta.

Considerámos então que é preciso resolver simultaneamente dois problemas: abater a dívida externa líquida do país e tornar mais confiáveis os balanços da banca. Reforço agora ainda mais: sem resolver os dois problemas ao mesmo tempo, Portugal será sempre um protetorado e a decisão de privatização do BES com dinheiros públicos tornar-se-á mais um passo nessa fatal dependência externa.

Com uma dívida externa líquida de 103% do PIB (ou dívida externa bruta de 224% do PIB, ou 371 mil milhões de euros, em finais de 2013), Portugal tem uma

economia inviável e uma sociedade sacrificada

Com uma dívida externa líquida de 103% do PIB (ou dívida externa bruta de 224% do PIB, ou 371 mil milhões de euros, em finais de 2013), Portugal tem uma economia inviável e uma sociedade sacrificada: grande parte do que produzimos servirá unicamente para ser transferido para o exterior para rendas financeiras. E isto durante décadas, sem esperança no futuro. Ora, para abater esse montante é preciso reduzir a dívida soberana (reestruturando-a), mas é necessário igualmente diminuir o peso da dívida externa dos bancos para proteger os seus balanços, até porque a reestruturação da dívida pública tem imediatamente efeito nestas instituições.

O sistema bancário nacional, que tem um balanço agregado de 515 mil milhões de euros (ou 311% do PIB em finais de 2013), tem uma dívida externa de 137,9 mil milhões. É insuportável e o seu risco só é disfarçado pelos jorros de empréstimos do Eurosistema (mas o BCE ameaçou no fim de semana passado fechar a torneira). Este modelo, aliás, é a prova de que a banca nacional tem um problema sistémico: só consegue operar ligada à corrente de apoios de liquidez a curto prazo, não gera um negócio sustentável que se saiba financiar.

A banca nacional tem um problema sistémico: só consegue operar ligada à corrente de apoios de liquidez a curto prazo, não gera um negócio sustentável que se saiba financiar

O caminho, na minha opinião e dos meus coautores, é um processo urgente de resolução bancária sistémica, afetando todo o mundo financeiro sem exceção, porque todos os bancos são penhores desta dívida externa. Para isso, a nossa proposta cumpre a lei sem artifícios (ao contrário do que se estará a passar agora com o BES) e evita o custo de uma nacionalização direta (que é sempre o último recurso legal, mas que tem o inconveniente de passar todo o passivo para o Estado). Essa resolução bancária sistémica segue o modelo utilizado nos Estados Unidos pela instituição responsável, o FDIC, que o aplicou entre 2007 e 2013 em 505 bancos.

Neste caso, o objetivo da nossa proposta, verificada pelos cálculos detalhados, é reduzir em 21,7% os passivos de todo o sistema bancário, ou seja, em 100,7 mil milhões de euros, o que impõe o abatimento da dívida externa líquida de 50,3 mil milhões, ou 30% do PIB. Neste processo, acionistas e detentores da dívida subordinada são prejudicados (nenhum arauto do governo nos vai criticar agora por isso, pois não?) e uma parte da dívida sénior é transformada em ações dos novos bancos.

A solução seria a utilização do Fundo de Garantia dos Depósitos, que agora só cobre 1,3% dos depósitos protegidos, mas que deveria ser substancialmente reforçado pelo próprio sistema bancário e passaria a ser o seu principal acionista, com 36,4%. O controlo público, desta forma, responde também à segunda questão e torna-se o garante de que o sistema financeiro sai do ciclo infernal de manipulações especulativas, jogos ilícitos e enriquecimento sem causa no circuito dos *offshores*

Ao contrário da estratégia do governo e do Banco de Portugal, que entrega a propriedade do

?novo banco? ao Fundo de Resolução e que o financia com o empréstimo da troika, a nossa proposta evita de todo o uso desse dinheiro e o risco associado. Por isso, seguimos outro caminho, como explicamos detalhadamente no nosso relatório. Mostrámos que a solução seria a utilização do Fundo de Garantia dos Depósitos, que agora só cobre 1,3% dos depósitos protegidos, mas que deveria ser substancialmente reforçado pelo próprio sistema bancário e passaria a ser o seu principal acionista, com 36,4%. O controlo público, desta forma, responde também à segunda questão e torna-se o garante de que o sistema financeiro sai do ciclo infernal de manipulações especulativas, jogos ilícitos e enriquecimento sem causa no circuito dos *offshores*.

É um choque (mas nenhum arauto do governo nos pode criticar agora por propormos um choque, pois não?). Assim, consegue-se simultaneamente reduzir a dívida externa nacional e limpar os passivos da banca, dotando-a de contas robustas e alterando ao mesmo tempo a estrutura do seu capital, de modo a que a autoridade pública exerça um controlo efetivo sobre o mercado financeiro. Essa determinação cria os meios necessários, com mais liquidez, para promover a concessão de crédito para os projetos que criem emprego e industrialização, exportando e substituindo importações.

As vantagens da solução do controlo público

A solução é certamente polémica, embora certamente menos hoje do que há um mês. O tempo confirmou-a notavelmente. Ninguém pode desmentir o nosso diagnóstico: dissemos que faltava solidez a todo o sistema bancário nacional e tínhamos razão. Ninguém pode acusar a nossa proposta de ilegal: está absolutamente de acordo com a lei. E tem cinco vantagens assinaláveis sobre a proposta do governo, que é limitada ao universo BES: reduz a dívida externa e diminui a dependência, não requer o uso do empréstimo da troika e portanto não cria défice, garante a sustentabilidade futura de todo o sector bancário assegurando a sua robustez, aumenta a capacidade de conceder crédito e de apoiar a economia e, finalmente, introduz o controlo público que dificulta as operações especulativas que conduzem a riscos gigantescos e clamorosas falências.

Ninguém apresentou até hoje outra alternativa, a não ser a do imbróglio BES que o governo e as autoridades europeias desencadearam este domingo. Na condução do governo, a dependência externa agravar-se-á e seremos sempre nós todos a pagar esse esplêndido resultado. Nada mudará nas práticas especulativas. Teremos mais Salgados e mais BPNs. Isto nunca pára. Portugal ficará pior.

Precisamos mesmo de uma solução. O controlo público do sistema financeiro é a alternativa que dá o poder e a responsabilidade à democracia. Como é preciso correr o risco da resposta concreta no debate nacional, aqui está, esta é a minha proposta.

Artigo publicado em 8 de Agosto de 2014 em blogues.publico.pt ^[14]

Sumário da Home:

O controlo público do sistema financeiro é a alternativa que dá o poder e a responsabilidade à democracia. Como é preciso correr o risco da resposta concreta no debate nacional, aqui está, esta é a minha proposta.

Lead:

O controlo público do sistema financeiro é a alternativa que dá o poder e a responsabilidade à democracia. Como é preciso correr o risco da resposta concreta no debate nacional, aqui

está, esta é a minha proposta.

Sobre o/a autor(a):

- [Biblioteca](#)
- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogosfera](#)
- [Comunidade](#)
- [Revista Vírus](#)
- [Wikifugas](#)
- [Ficha Técnica](#)

URL de origem: <http://www.esquerda.net/opiniao/faltam-respostas-no-debate-sobre-crise-bancaria-solucao-alternativa-concreta-e-o-controlo>

Ligações:

- [1] <http://www.esquerda.net/artigo/programa-de-reestruturacao-propoe-se-reduzir-2497-mil-milhoes-de-euros-da-divida/33317>
- [2] <http://www.esquerda.net/autor/francisco-lou%C3%A7a>
- [3] <http://www.publico.pt/opiniao/noticia/o-novo-banco-e-uma-nova-politica-1665401>
- [4] <http://expresso.sapo.pt/os-investidores-sao-masochistas-e-outras-16-perguntas-estranhas-ou-talvez-nao-sobre-o-bes=f884926>
- [5] <http://www.publico.pt/economia/noticia/novo-banco-velho-banco-mais-uma-viagem-mais-uma-corrida-1665351>
- [6] <http://expresso.sapo.pt/descascando-a-cebola=f885094>
- [7] <http://www.ptjornal.com/2014080624836/geral/economia/portugueses-enganados-pelo-governo-no-resgate-do-bes-defende-de-grauwe.html>
- [8] <http://blogues.publico.pt/tudomenoseconomia/2014/08/05/o-novo-banco-e-o-velho-estado-social/>
- [9] <http://expresso.sapo.pt/notas-soltas=f884957>
- [10] <http://blogues.publico.pt/tudomenoseconomia/2014/08/05/de-improviso-em-improviso/>
- [11] <http://blogues.publico.pt/tudomenoseconomia/2014/08/04/como-privatizar-um-banco-privado-com-dinheiros-publicos/>
- [12] <http://www.publico.pt/politica/noticia/portas-diz-que-solucao-para-o-bes-foi-a-mais-aceitavel-entre-as-possiveis-1665451>
- [13] <http://www.ipp-jcs.org/pt/ipp-report-1-2014/>
- [14] <http://blogues.publico.pt/tudomenoseconomia/2014/08/08/faltam-resposta-no-debate-sobre-a-crise-bancaria-a-solucao-alternativa-concreta-e-o-controlo-publico/>